



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÃO

Fls.:
Proc.: 3859/10

Rubrica

Processo n.º 3859/2010

Órgão de Origem: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF

Montante em exame: 0,00 (zero)

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Concurso público para provimento de vagas no cargo de Especialista em Assistência Social (várias especialidades), da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 1 do Concurso Público n.º 3/2010 – SEJUS, publicado no DODF em 27/01/10. Diligência.

- Cumprimento de diligência.
- Juntada de editais.

Senhora Diretora,

Em exame o Edital Normativo nº 1/2010 do Concurso mencionado na ementa.

02. Na oportunidade em que se pronunciou nos autos, a Corte, a teor da Decisão nº 1/2010 (fls.31), deliberou por:

DECISÃO Nº 1/2010

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Edital nº 01, publicado no DODF em 27.1.10 (fls. 1/8), por meio do qual a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF promove a abertura de Concurso Público nº 03/2010 - SEJUS para provimento de vagas no cargo de Especialista em Assistência Social (várias especialidades), da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal; b) dos documentos de fls. 9/10; II. determinar à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova as seguintes alterações no Edital nº 01 do Concurso Público nº 03/2010 - SEJUS, republicando-o na forma da lei, estabelecendo novo prazo para as inscrições, se for o caso: a) retifique, o subitem 1.2 ou o item 2, para sanar a inconsistência no número de vagas do cadastro reserva, tendo em vista que o subitem 1.2 prevê 440 (quatrocentas e quarenta) vagas e o somatório das vagas desse cadastro, constantes do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÃO

Fls.:
Proc.: 3859/10

Rubrica

item 2, resulta em 278 (duzentos e setenta e oito); b) retifique o subitem 3.1, de modo que o percentual relativo à reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiência física incida sobre as vagas de cada especialidade constante do certame e, ainda, na hipótese de se obter fração inferior a um, considere-se inexistente tal reserva, a teor da Decisão TCDF nº 156/05; c) inclua previsão de recurso contra a reprovação pela perícia médica de candidato que se declarar portador de deficiência, de forma a resguardar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, aplicando-se, por analogia, o prazo previsto no art. 44 do Decreto nº 21.688/00, que estabelece 3 (três) dias úteis, fazendo-se as adaptações necessárias nos subitens 3.10 e 3.11, a teor da Decisão TCDF nº 6.635/09; d) retifique o subitem 4.6 para adequá-lo à redação do art. 5º, inciso V, da Lei nº 8.112/90, aplicável ao DF pela Lei nº 197/91, que estabelece como um dos requisitos para ingresso em cargo público a idade mínima de dezoito anos, não possibilitando o ingresso no serviço público de candidato emancipado; e) retifique o subitem 8.11 para estabelecer o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação psicológica, conforme o disposto no art. 44 do Decreto nº 21.688/00; f) suprima os subitens 12.14, 12.14.1 e 12.14.2, tendo em vista que nova nomeação é vedada pelo art. 4º da Lei nº 1.799/97; III. determinar à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF que especifique, quando da publicação do edital de convocação para a fase de Sindicância de Vida Pgressa e Investigação Social, os critérios objetivos de aferição dessa fase, para que os candidatos saibam em que pontos serão avaliados, garantindo-se, assim, os princípios constitucionais da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, conforme a Decisão TCDF nº 6.635/09; IV. autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

03. Por meio dos Ofícios nºs 87/2010-Gabinete e 76/UAG/SEJUS (fls.33/39) a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania encaminhou cópia do Edital nº 2 do Concurso Público nº 3/2010 – SEJUS, publicado no DODF de 8/2/2010, em cumprimento à retrocitada deliberação. No edital em questão constam as retificações do Edital Normativo determinadas pela Decisão nº 1/2010. Desta forma, entendemos que a Corte possa considerar cumprida a citada deliberação.

Do exposto, sugerimos ao Plenário:

I – tomar conhecimento dos Ofícios nºs 87/2010-Gabinete e 76/UAG/SEJUS (fls.33/39) e anexos (fls. 34 e 37/38), encaminhados pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, bem como do Edital nº 2 do Concurso Público nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÃO

Fls.:
Proc.: 3859/10

Rubrica

3/2009 – SEJUS, publicado no DODF de 8/2/2010 (fls. 35 e 39), considerando cumprida a Decisão nº 1/2010;

II – autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE para continuidade do acompanhamento do certame.

À superior consideração.

Brasília, 19 de fevereiro de 2010.

Luzia Olinda Bastos Cavalcante de Alencar
Auditora de Controle Externo
Matrícula nº 129-5